

O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança¹

Francesco Indovina*

O *espaço público* deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade. Isto pelo menos de três pontos de vista:

– representa a condição para que se possa realizar a vida urbana, trata-se de uma espécie de “condição geral” para a existência própria da cidade. Se a referência mais banal, mas substancial, fosse aquela das infra-estruturas de mobilidade (estradas, passeios, pórticos, praças, largos, etc.), não se poderiam esquecer os outros espaços ligados a funções e usos específicos (parques, jardins, campos de jogos, etc.), também esses indispensáveis à vida urbana;

– constitui um factor importante de identificação (e também de identidade), isto é, conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um “símbolo” (as praças famosas de muitas cidades). Esta afirmação não exclui que também “elementos privados” (por exemplo edifícios) possam ter um papel de identificação e ascender a símbolos (basta recordar, no que diz respeito a acontecimentos recentes, o papel simbólico desempenhado, antes e depois do atentado de 11 de Setembro, pelas torres gémeas de Nova Iorque). Prevalece, pois, um interesse público pelo símbolo, quando “elementos privados” assumem tal papel e tornam-se, num certo sentido, públicos através, por exemplo, de vínculos à sua demolição ou mesmo à sua transformação (com tais medidas protege-se forma, tipologia arquitectónica e edificado, “conservando-se”, ao mesmo tempo, um símbolo que conota um lugar);

– a “cidade é o lugar da palavra”, o que impõe a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. Nesta dimensão, o espaço público é lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Este papel desempenhado pelo espaço público é seguramente o mais evidente (e que hoje se encontra em crise). É nesta dimensão que melhor se apre-

senta uma das características da cidade: a imprevisibilidade e casualidade dos encontros (contra uma situação de previsibilidade e regularidade dos encontros no pequeno centro).

Pretende-se sublinhar que a alusão que se fará nesta relação não é ao *espaço público* no seu sentido mais restrito, mas sim àquele de uso público ainda que não estritamente público, ou seja, coloca-se, sobretudo, a atenção na função e menos na propriedade ou gestão. Não se pode, de facto, evitar observar que os espaços de uso público, mesmo que privados, tendem a ampliar-se, gerando efeitos urbanos de relevo, mais ainda como crescimento da apropriação privada do espaço público estritamente entendido. Note-se como esta passagem público/privado – que confunde papéis e funções – não é desprovida de consequências e constitui uma manipulação da própria cidade.

Retomando a linha de raciocínio, se se aceitarem as precedentes esquematizações, deduzir-se-ão as seguintes consequências:

a) o espaço público é fundamental para o funcionamento de todas as cidades e contribui para a identificação de cada cidade;

b) a existência do espaço público é condição para a socialização e realização das respectivas manifestações, e portanto para a qualidade da vida urbana;

c) a transformação espaço público/espaço de uso público constitui a passagem de uma função universalista para uma função discriminada;

d) a qualidade de vida individual é também influenciada pela existência de espaço público e da sua tipologia.

Explicitada esta premissa, com o propósito de introduzir as coordenadas à nossa reflexão, é possível expor o objectivo que nos colocamos com esta relação: identificar as particularidades do espaço público actual, que funções são hoje realizadas através ou por meio destes espaços e, de forma mais geral, se e como se pode falar hoje de espaço público. Para isto parece indispensável, por um lado, e descendo alguns degraus, procurar carac-

* Professor Catedrático. Investigador-Coordenador do Instituto Universitario di Architettura di Venezia. Contacto: indovina@iuav.it

¹ Texto traduzido por Joana Malta, estudante de Sociologia do ISCTE, Programa SOCRATES no Instituto Universitario di Architettura di Venezia.

terizar o “espaço público”, através de parâmetros articulados que possam permitir, simultaneamente, uma taxinomia e uma gradação e, por outro, contextualizar o conceito de “hoje”.

Tendo em conta que se faz referência ao espaço de uso público, podem-se considerar, pelo menos, os seguintes parâmetros: a propriedade (pública e privada); os limites de uso (ilimitado; limitado: no tempo; a determinadas categorias de cidadãos; à duração; etc.); o custo de acesso (gratuito; a pagamento); os condicionamentos ao seu uso (falar não falar; fotografar não fotografar; com animais sem animais, etc.). Cruzando estes parâmetros podemos obter uma gradação dos espaços em razão da sua “publicidade”. Assim, se associarmos à característica *público* a universalidade do uso, os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público. Ao contrário, um espaço de propriedade privada, com limites de uso, de acesso pago, com fortes condicionamentos de utilização, constitui, relativamente ao primeiro, um limite oposto (um espaço de tipo privado).

Essencialmente, fazendo referência aos parâmetros indicados, os espaços de uso público podem colocar-se numa escala que vai de uma máxima a uma mínima caracterização pública. Tal caracterização torna-se relevante, como veremos mais adiante, para definir quais são as mutações (hoje relativamente ao passado) na determinação do espaço público, e qual o papel do espaço de uso público na “nova cultura da cidade”.

Hoje, alguns estudiosos tendem a contrapor a cidade *contemporânea* à *cidade moderna*, confronto que, caso fizesse sentido, significaria uma fractura, uma modificação profunda na constituição da cidade. Não se nega que estejamos em presença de grandes transformações, na cidade, na tecnologia, na economia, na vida quotidiana e mesmo no uso da cidade, mas que tudo isto configure uma fractura (um antes e um depois) na constituição, na organização e no papel da cidade parece, a meu ver, muito dúbio. Certo que hoje se manifestam “formas” urbanas e de organização da cidade diferentes daquelas do passado, mas talvez seja possível sustentar que se trata de uma característica da cidade em cada tempo (mesmo que a velocidade de mudança não seja irrelevante). Num certo sentido, cada época teve a sua cidade contemporânea, e aquela de hoje está no cerne da modernidade.

A *cidade moderna* resulta de uma dinâmica lenta e constante, intrínseca à firmação da indústria e das relações de produção de tipo capitalista; em suma, a cidade é um produto social e este é determinado pelas relações sociais de produção (que confiam à cidade determinado papel). Com isto não se pretende sustentar que a cidade não tenha sofrido modificações de “forma” e de organização, como efeito, por exemplo das inovações tecnológicas, das modalidades de organização do trabalho, das mudanças nos estilos de vida, mas a cidade conservou o seu papel funcional, social e político-ideológico. A forma como perspectivamos o problema é relevante na medida em que, se olharmos para o elemento constitutivo da cidade, a continuidade seguramente prevalecerá, mas se, por outro lado, olharmos para a sua forma (à qual não retiro importância), provavelmente a modificação seria mais relevante. Mesmo neste caso, todavia, aconselharei cautela: por exemplo, as profundas transformações da cidade introduzidas pela difusão do automóvel, não encontram paralelo em modificações ditadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (não obstante o carácter mais “revolucionário” destas últimas relativamente ao automóvel).

Com isto não se pretende negar a necessidade de uma renovada cultura da cidade, mas sim reportar a atenção ao núcleo duro da transformação da cidade, evitando perseguir miragens sem considerar as correntes que nos prendem à realidade.

A nova cultura da cidade é de qualquer forma, recuperando elementos tradicionais e as necessidades mais recentes, qualificada pelo menos em termos gerais. Os vínculos de espaço impulsionam-se no sentido de uma formulação de proposições sistemáticas:

- cidade com forte tendência igualitária (dentro dos limites de uma cidade que faz parte de uma sociedade com forte tendência não igualitária). Neste contexto coloca-se o conceito de “indenização” dos menos fortunados que deve caracterizar a organização urbana;

- cidade sustentável, onde o conceito de sustentável remete à conservação e transferência da “cultura urbana” às gerações futuras;

- cidade segura, a obter-se não com a sua militarização, mas através da socialização do espaço;

- cidade eficiente (redução dos custos por habitante e actividades económicas localizadas) e eficaz (relativamente às necessidades dos seus cidadãos, permanentes e ocasionais, e das suas actividades económicas);

- cidade tecnologicamente na vanguarda;

- cidade inserida no circuito internacional, segundo as suas específicas potencialidades e aspirações.

O contributo que pretendo dar a esta nova cultura da cidade é uma tentativa de reconsideração do espaço público na sua mais ampla interpretação. Para isto partirei de duas considerações-observações.

Se fosse verdade, como eu creio, que o “nível zero” da cidade constitui o dado formativo do espaço público, então conviria partir daqui: o nível zero das nossas cidades apresenta importantíssimos elementos de degradação e desqualificação. Um elenco dos factores de desqualificação deve pelo menos conter: a invasão dos automóveis, que é determinante para a poluição atmosférica, que dizima os espaços abertos aos utentes, que quando estacionados causam poluição visual (por exemplo das praças) e limitam a função dos passeios; o aumento dos elementos (contentores, vidrões, etc.) necessários para a recolha do lixo, tanto mais numerosos quanto mais criteriosa for esta recolha, factor de poluição visual e olfactiva, mas também de degradação local; falta de limpeza e manutenção, como efeito da limitação dos recursos por parte das entidades locais, e uma crescente e invasora sujidade (a crescente difusão dos excrementos do “amigo do homem”, não obstante a chamada de atenção das diversas administrações); os impróprios e muitas vezes inadequados elementos de “equipamento urbano” que, em vez de portadores de qualificação estética, contribuem à poluição visual e à degradação local; o processo contínuo de privatização do espaço público, por exemplo com o crescente requisito de pagamento, que retira aos cidadãos a propriedade de uso dos mesmos.

Outra observação que merece alguma atenção refere-se ao facto de um “lugar” ter um sentido que deriva da sua percepção; paradoxalmente, pode-se transformar a percepção de um lugar enquanto a sua constituição se mantém invariável (este é o caso mais comum) ou, pelo contrário, uma modificação constitutiva de um lugar é acompanhada pela imutabilidade da sua percepção. A per-

cepção, todavia, é uma construção social e cultural, para a qual contribuem diversos elementos compreensivos, nomeadamente os elementos constitutivos dos próprios lugares e uma variedade de “educações” à percepção. Uma educação à percepção, todavia, baseia-se muito na experiência directa dos lugares; se assim fosse, então qualquer explicação acerca da degradação dos espaços públicos poderia referir-se à reduzida frequência dos lugares que caracteriza as recentes modalidades de mobilidade, ou seja, a experiência dos lugares é muito reduzida (ou quase inexistente) para as crianças, as quais só os vêem das janelas dos automóveis ou de outros meios de transporte. Por fim, a utilização que se faz desses mesmos lugares, para além de que da sua degradação resulta um uso degradado. Não há dúvida que a estrutura e qualidade da cidade influencia a percepção e determina o comportamento dos seus habitantes ou frequentadores. Neste contexto, um papel fundamental é desempenhado pelos espaços públicos e de uso público e sobretudo pela sua qualidade e pela sua “ projecção ” (coisa diferente do equipamento urbano). Aquele que antes era identificado como um círculo vicioso, com uma política de intervenção oportuna, poderá inverter-se, tornando-se num círculo virtuoso.

As proposições mais recorrentes relativamente aos espaços públicos podem ser assim sistematizadas:

- o uso do espaço público como ocasião de socialização já não corresponde aos modelos de vida mais recentes;

- o declínio da praça como lugar de agrupamentos sociais, entre as quais as manifestações políticas, é inevitável, resultado da possível difusão da democracia electrónica;

- desenvolveram-se novos “espaços” que, podendo ser privados, desempenham um papel público, restituindo os tradicionais lugares públicos obsoletos, no sentido em que aqueles novos apresentam “equipamentos” e “condições” que superam os tradicionais;

- a fuga dos espaços públicos é determinada pela situação de insegurança que os caracteriza;

- as novas instalações, sobretudo difusas, ditam a redução dos espaços públicos na sua componente infra-estrutural, privilegiando os espaços privados.

As proposições seleccionáveis são certamente mais numerosas, no entanto, aquelas que foram

nomeadas exemplificam casos pertencentes a diversas “famílias”, tratando-se de cinco afirmações de diferente natureza e consistência. A primeira refere-se a comportamentos, sobretudo, individuais; a segunda, a comportamentos de natureza mais colectiva; a terceira, relaciona elementos de comportamento com elementos estruturais; a quarta introduz um círculo vicioso; a última, faz referência a modalidades estruturais da nova forma de habitar.

Na realidade parece poder-se afirmar, na base de evidências empíricas, que a degradação física e funcional (como acima esquematizado) é a efectiva causa da queda das funções tradicionais dos espaços públicos entendidos no seu sentido mais restrito. Esta afirmação coloca, em primeiro plano, o facto da degradação física do espaço público (o nível de qualidade de grau zero da cidade) tornar difícil o exercício da sua função, estando na base da fuga dos espaços públicos. Isto pode ser demonstrado através de diversos factos. Cada vez que se consegue requalificar um espaço público – por exemplo cada vez que se transforma uma estrada ou uma praça num espaço pedonal, libertando-a, portanto da invasão dos automóveis – ele torna-se imediatamente num pólo de socialização, um lugar fortemente frequentado ou até um local de actividades lúdicas, com comedores de fogo, malabaristas, vendedores ambulantes, etc. Este exemplo clarifica, novamente, a questão dos lugares de socialização, orientando-se também no sentido dos lugares, por assim dizer, “tradicionais”, quando que funcionais e acolhedores. Para além disto, deve-se notar que a socialização é sempre mais ritmada por eventos e ocasiões (passagens de ano, concertos em praças, campeonatos mundiais de desporto, festividades várias, etc.), que são as ocorrências nas quais os espaços públicos, sobretudo as praças, são invadidos e reconquistam o seu papel.

Que a praça não seja mais o lugar de manifestações políticas, também neste caso, parece não corresponder à evidência empírica. A manifestação política é um processo que apresenta tanto elementos de organização, como também um envolvimento emotivo relativamente a objectivos partilhados. As experiências mais recentes mostram que não se trata da decadência de uma função de lugar, mas sim de uma carência organizativa e de objectivos. Quando estas carências forem superadas, a “praça” tornará a ser um dos lugares da

política (integrando-se com a “praça política virtual”, que aquela real deveria cancelar).

Mais intrigante é a questão dos novos espaços de uso público que, de facto, tornam a propor, de forma concentrada e com mais garantias, alguns dos aspectos e funções da cidade: os “centros comerciais”. Estes, de facto, *reproduzem* aspectos, funções e condições do mercado de rua urbano (ainda mais do que aqueles com pórticos). A concentração (vertical, em mais andares) de funções (comércio, bares, restaurantes, cinemas, serviços vários, etc.) que na cidade se desenvolvem na horizontal, ao longo das ruas, num percurso mais longo, por um lado, apresenta vantagens para o utente (concentração, segurança, ambiente mais confortável, limpo, ao abrigo das mudanças atmosféricas, disponibilidade de estacionamento automóvel, etc.), por outro, constitui um investimento imobiliário rentável dada a preferência acordada pelo utente. Deve fazer reflectir, todavia, o facto de aqueles lugares reproduzirem funções urbanas, ao ponto de reconstruírem a cidade com zonas de descanso, praças cobertas, zonas para as crianças brincarem, fontes, quiosques, etc. Essencialmente, aquilo que estes lugares põem em evidência não é tanto o desaparecimento de algumas zonas urbanas, mas sim as suas diversas formas de organização, importando modelos estranhos à nossa tradição e, sobretudo, respondendo à degradação do espaço público (não é por acaso que alguns mercados de rua reflorescem mudando algumas condições ambientais e dando mais garantias aos utentes).

O problema da insegurança remete para outro, antes de mais para a construção social da insegurança urbana, isto é, para a efectiva consistência do “perigo”. Contudo, como já indicado, um decréscimo do papel social e de socialização da cidade tende a incrementar a insegurança, pois deixa mão livre e espaço a comportamentos que geram insegurança.

O que surge evidente nas novas formas de urbanização não é tanto a carência de procura de “espaço público”, mas sobretudo a sua ausência. Não é por acaso que nestes contextos os “centros comerciais” desempenham uma função predominante de lugares de socialização, como também não é por acaso que lugares descaracterizados sejam identificados pelos utentes como especificamente de “encontro” (e assim denominados de não lugares: portagens de auto-estrada, cruzamen-

tos, grandes parques de estacionamento, etc.). De facto, mesmo nas novas formas de urbanização onde existem centros com praças, estas desempenham a sua função original de lugares de encontro e socialização. A génese dos “não lugares”, os quais assumem o significado de “lugar significativo” próprio do reconhecimento dado pelos utentes, não está tanto numa forma de “perversão” cultural, sobretudo da parte do jovens, mas sim numa carência projectual.

De todas as precedentes observações é possível constatar que o papel e a função do espaço público e de uso público sofreram um acréscimo relativamente ao passado, e este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade. Exactamente por isto tal papel e função não podem senão fazer parte do projecto cidade; um projecto que, de forma consciente, se antagoniza a qualquer ideia de fragmentação, desarmonia, ocasionalidade, privatização e oportunismo individualista. Exactamente porque estas emparelham as características prevaletentes da actual dinâmica social, o projecto cidade não pode favorecê-las, devendo antes contrapor-se, sob pena de degradação da cidade. Não se coloca como hipótese a concretização de uma cidade unitária, harmoniosa, colectiva e determinada, a cidade continua a ser o terreno das contradições da sociedade, mas aquela desempenha um papel positivo se posta nesta dimensão dialéctica.

O *espaço público*, dentro da nova cultura da cidade, não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto. No entanto, apenas pode ser a intervenção ao nível zero da cidade que deve reconduzi-lo à sua funcionalidade constitutiva, libertando-o daquilo que é considerado inconveniente, e activando um processo de manutenção adequada e contínua. A função de infra-estrutura, por exemplo, deve ser enriquecida pelas redes tecnológicas mais inovadoras que, embora façam parte dos chamados “serviços secundários”, constituem um elemento indispensável da nova infra-estruturação, imprescindível, por exemplo, à criação de “praças tecnológicas” na dupla versão de praça virtual e praça real, as quais podem ser revitalizadas oferecendo novas funções através das novas tecnologias.

As novas formas de urbanização devem ser dotadas de adequados *espaços públicos*, sem o *alibi* que os habitantes de tais contextos privilegiam, os

chamados não lugares; trata-se, de facto, de outra coisa: no processo de identificação, os habitantes marcam o território, transformando espaços improváveis em espaços públicos e de socialização.

A reconstrução dos percursos pedonais urbanos e os passeios (livres dos elementos inoportunos), reduzem a atracção dos centros comerciais restituindo à via urbana a sua função também de “mercado de rua”. Isto, todavia, não esquecendo a afirmação actual dos centros comerciais e a sua presença na paisagem; a questão é como estes se relacionam com o tecido da cidade, constituindo um factor de vivacidade e não de desertificação da cena urbana.

Deve-se ter em conta que a “questão” do espaço público e de uso público é hoje mais rica e articulada; não se trata de uma questão de mero “espaço”, mas de um espaço com funções segundo fins definidos e variáveis no tempo. Isto reporta à gradação dos espaços públicos e de uso público: se, por um lado, devem ser garantidos espaços públicos de tipo tradicional, que podem ser qualificados pelo uso que a população legitimamente lhes dará, por outro lado, devem ser considerados todos os graus intermédios dos espaços de uso público para um efectivo envolvimento público na determinação de um quadro geral que defina, mesmo que numa malha larga, as condições de uso, a acessibilidade, as condições de fruição para atingir eficiência, eficácia e redução de qualquer forma de discriminação eventualmente activada.

Essencialmente, caso fosse conveniente que os espaços de uso público, na sua complexidade, constituíssem elemento fundamental da cidade, não se poderia não concordar acerca da necessidade de o projecto urbano e o governo das transformações urbanas assumirem totalmente a questão dos espaços de uso público como questão prioritária. É conveniente defender que as transformações induzidas pelas novas condições de vida da e na cidade e a necessidade de dilatar de facto os espaços de uso público, só pode ser objecto de governo público, segundo as determinantes de lugar e de tempo atentamente investigadas. Assegurar a satisfação de uma procura crescente pelos espaços de uso público fora de qualquer determinante pública, só pode constituir um dos factores, nem mesmo o menos relevante, do declínio da urbanidade.